

PRODUZIR PARA VIVER – OS CAMINHOS DA PRODUÇÃO NÃO CAPITALISTA

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS

1. UM MAPA DE ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO

As formas cooperativas de produção

A tradição cooperativa

A busca de alternativas, perante os efeitos excludentes do capitalismo, a partir de teorias e experiências baseadas na associação econômica entre iguais e na propriedade solidária, não é uma tarefa nova. O pensamento e a prática cooperativista modernos são tão antigos quanto o capitalismo industrial. De fato, as primeiras cooperativas surgiram pó volta de 1826, na Inglaterra, como reação a pauperização provocada pela conversão maciça de camponeses pequenos produtores em trabalhadores das fábricas pioneiras do capitalismo industrial. Foi também na Inglaterra que surgiram as cooperativas que passariam a ser o modelo do cooperativismo contemporâneo — as cooperativas de consumidores de Rochdale, fundadas a partir de 1844, e cujo objetivo inicial foi à oposição à miséria causada pelos baixos salários e pelas condições de trabalho desumanas, por intermédio da procura coletiva de bens de consumo baratos e de boa qualidade para vender aos trabalhadores. As primeiras cooperativas de trabalhadores foram fundadas na Franga, por volta de 1823, por operários que, depois de organizarem uma série de protestos contra as condições de trabalho desumanas nas fábricas em que trabalhavam, decidiram fundar e administrar coletivamente as suas próprias fábricas (Birchall, 1997: 21). Estas primeiras experiências cooperativas surgiram da influência das teorias pioneiras do associativismo contemporâneo. Na Inglaterra, o pensamento de Robert Owen, que participou diretamente na fundação das primeiras comunidades cooperativas, constituiu a contribuição fundadora para a tradição intelectual cooperativa. As idéias associativas na Inglaterra continuaram a desenvolver-se no início do século XX, particularmente através da contribuição de Harold Laski, R. Tawney e G. Cole (Macfarlane, 1998: 7) as teorias associativistas de Charles Fourier e de Pierre Proudhon inspiraram o estabelecimento das primeiras cooperativas de trabalhadores.

Desde as suas origens, no século XIX, o pensamento associativista e a prática cooperativa desenvolveram-se como alternativas tanto ao individualismo liberal quanto ao socialismo centralizado. Como teoria social, o associativismo é baseado em dois postulados: por um lado, a defesa de uma economia de mercado baseada nos princípios não capitalistas de cooperação e mutualidade e, por outro, a crítica ao Estado centralizado e a preferência por formas de organização políticas pluralistas e federalistas que deram um papel central à sociedade civil (Hirst, 1994: 15). Como prática econômica, o cooperativismo inspira-se nos valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade (Birchall, 1997: 65). Estes valores plasam-se em um conjunto de sete princípios que tem guiado o funcionamento das cooperativas de todo o mundo desde que a sua versão inicial foi enunciada pelos primeiros cooperados contemporâneos, os pioneiros de Rochdale. Esses princípios são: o vínculo aberto e voluntário — as cooperativas estão sempre abertas a novos membros —; o controle democrático por parte dos membros — as decisões fundamentais são tomadas pelos cooperados de acordo com o princípio "um membro, um voto", ou seja, independentemente das contribuições de capital feitas por cada membro ou a sua função na cooperativa —; a participação econômica dos membros — tanto como proprietários solidários da cooperativa quanto como

participantes eventuais nas decisões sobre a distribuição de proveitos —; a autonomia e a independência em relação ao Estado e a outras organizações; o compromisso com a educação dos membros da cooperativa — para lhes facultar uma participação efetiva —; a cooperação entre cooperativas através de organizações locais, nacionais e mundiais; e a contribuição para o desenvolvimento da comunidade em que esta localizada a cooperativa (Birchall, 1997).

Apesar de, por um lado, o numero de cooperativas ter se multiplicado rapidamente e de ter dado lugar a um movimento cooperativista internacional e, por outro, a teoria associativista ter sido retomada ocasionalmente por movimentos e teorias sociais, nem a pratica cooperativa nem o pensamento associativo que lhe serve de base chegaram a ser predominantes. "O associativismo nunca amadureceu ate o ponto de se converter em uma ideologia coerente" (Hirst, 1994: 17), capaz de resistir aos ataques provenientes tanto das teorias do socialismo centralizado quanto do liberalismo individualista. O cooperativismo deu forma a experiências exemplares de economias solidárias — como o complexo cooperativo de Mondragon (Espanha), a que nos referiremos mais adiante —, mas não conseguiu converter-se em uma alternativa importante em relação ao setor capitalista da economia nacional e mundial. De fato, a opinião prevalecente nas ciências sociais desde o final do século XIX (Webb e Webb, 1897) tem tendido a ser a de que as cooperativas são intrinsecamente instáveis, por estarem presas em um dilema estrutural. Por um lado, segundo esta opinião, correm o risco de fracassar porque a sua estrutura democrática as torna mais lentas na tomada de decisões do que as empresas capitalistas e porque o princípio "um membro, um voto" as impede de alcançar o móvel de capitalização e necessário para se expandir, porque os investidores — sejam eles membros ou pessoas externas a cooperativa — desejam ter uma intervenção nas decisões que seja proporcional a sua contribuição. Por outro lado, ainda segundo esta opinião, mesmo que as cooperativas consigam crescer e expandir-se acabam por fracassar, uma vez que o crescimento feito à custa do sacrifício da participação direta dos membros da cooperativa — o que se torna difícil em uma grande empresa — e exigem, cada vez mais, investimentos consideráveis de capital, que só podem ser obtidos apelando para investidores externos, cuja influencia desvirtua o espírito da mesma (Birchall, 1997; Ferguson, 1991).

Não obstante, nos últimos anos a teoria e as praticas cooperativas tem suscitado um renovado interesse que desafia o prognostico pessimista sobre a viabilidade econômica das cooperativas e que recuperou os elementos centrais do pensamento associativista. Com o fracasso das economias centralizadas e a ascensão do neoliberalismo, acadêmicos, ativistas e governos progressistas de todo o mundo tem recorrido de forma crescente à tradição de pensamento e organização econômica cooperativa que surgiu no século XIX com o objetivo de renovar a tarefa de pensar e de criar alternativas econômicas. Esta alteração é evidente na bibliografia sobre este tema, tanto nos países centrais — onde tem proliferado as análises teóricas sobre a democracia associativa e o cooperativismo (Hirst, 1994; Bowles e Gintis, 1998) e os estudos de caso sobre experiências de cooperativas de trabalhadores bem-sucedidas (Whyte e Whyte, 1988; Rothschild e Whitt, 1986) ou fracassadas (Russel, 1985) — quanto na semiperiferia e na periferia, onde tem tido lugar dentro das discussões sobre propostas de desenvolvimento alternativo, que, como explicaremos mais adiante, vêm nas cooperativas e em outras estruturas associativas formas idôneas de canalizar as iniciativas populares (Friedman, 1992). Na América Latina, o interesse renovado pelas cooperativas foi expresso nas propostas de reativação da chamada "economia solidária", ou seja, o setor da economia a que correspondem formas diversas de produção associativa em que se destacam as cooperativas e as mutualidades (Singer e Souza, 2000).

A que se deve o ressurgimento do interesse pelas formas de produção solidárias em geral e pelas cooperativas de trabalhadores em particular? Na nossa opinião, existem quatro razões Fundamentais relacionadas às condições econômicas e políticas contemporâneas que tornam o estudo e a promoção das cooperativas de trabalhadores uma tarefa prometedora para a criação de alternativas de produção emancipadoras. Em primeiro lugar, ainda que as cooperativas estejam baseadas em valores e princípios não capitalistas — isto é, contraries a separação entre capital e trabalho e a subordinação deste aquele —, sempre foram concebidos, e operaram, como unidades produtivas capazes de competir no mercado. O cooperativismo considera que o mercado promove um dos seus valores centrais, a autonomia das iniciativas coletivas e os objetivos de descentralização e eficiência econômica que não são acolhidos pelos sistemas econômicos centralizados. Face à comprovada inviabilidade e indesejabilidade das economias centralizadas, as cooperativas surgem como alternativas de produção factíveis e plausíveis, a partir de uma perspectiva progressista, porque estão organizadas de acordo com princípios e estruturas não capitalistas e, ao mesmo tempo, operam em uma economia de mercado. Em segundo lugar, as características das cooperativas de trabalhadores têm potencial para responder com eficiência às condições do mercado global contemporâneo, por duas razões. Por um lado, como demonstraram Bowles e Gintis (1998), as cooperativas de trabalhadores tendem a ser mais produtivas que as empresas capitalistas, porque os seus trabalhadores-proprietários tem maior incentivo econômico e moral para dedicar o seu tempo e esforço ao trabalho, e porque, uma vez que os trabalhadores beneficiam-se diretamente quando a cooperativa prospera, diminuem drasticamente os custos de supervisão, que, numa empresa capitalista, são altos porque a vigilância constante do desempenho dos empregados é necessária para assegurar a cooperação destes com a empresa. Por outro lado, as cooperativas de trabalhadores parecem ser especialmente adequadas para competir em um mercado fragmentado e volátil como aquele que caracteriza a economia global contemporânea. De acordo com a abundante literatura sobre as transformações estruturais da economia desde o início da década de 1970 — que remonta ao trabalho pioneiro de Piore e Sabel (1984) sobre a "especialização flexível" —, as empresas aptas para competir num mercado altamente segmentado e em mudança, como o atual, são aquelas capazes de se ajustar com flexibilidade às alterações da demanda, motivar a participação ativa e inovadora dos trabalhadores no processo produtivo e de se inserir em uma rede de cooperação econômica formada, além do mais, por outras empresas pequenas e flexíveis e por instituições culturais, educativas e políticas de apoio — em outras palavras, formada em uma economia cooperativa. Já que as cooperativas de trabalhadores facilitam (de fato, requerem) a participação ativa dos trabalhadores, são normalmente pequenas e tem uma vocação de integração com outras cooperativas e outras instituições da comunidade onde estão localizadas, podem ser, de fato, "protótipos da especialização flexível de que falam Piore e Sabel" (Ferguson, 1991: 127). Em terceiro lugar, como a característica essencial das cooperativas de trabalhadores é que estes são proprietários, a difusão das cooperativas tem um efeito igualitário direto sobre a distribuição da propriedade na economia, o que, por sua vez, como demonstraram Birdsall e Londoño (1997) para a América Latina, estimula o crescimento econômico e diminui os níveis de desigualdade. Por último, as cooperativas de trabalhadores geram benefícios não econômicos para os seus membros e para a comunidade em geral, que são fundamentais para contrariar os efeitos desiguais da economia capitalista. As cooperativas de trabalhadores ampliam a democracia participativa até o âmbito econômico e, com isso, estendem o princípio de cidadania à gestão das empresas. Semelhante ampliação da democracia tem Efeitos emancipadores evidentes, por cumprir a promessa da eliminação da divisão que impera hoje entre a democracia

política, de um lado, e o despotismo econômico (isto é, o império do proprietário sobre os trabalhadores no interior da empresa), do outro.

1.1.2. O caso exemplar: o complexo cooperativo de Mondragon (Espanha)

Face às numerosas tentativa cooperativas fracassadas, a pergunta central dos estudos sobre este tipo de organização econômica refere-se às condições segundo as quais uma cooperativa pode se consolidar e manter. Para responder a esta pergunta é útil considerar as lições derivadas da experiência que é reconhecida mundialmente como o modelo de economia cooperativa, ou seja, o complexo econômico Mondragon, situado nos arredores da cidade do mesmo nome, no País Basco espanhol, que começou em 1965 e que pertence aos 30.000 trabalhadores das suas 109 fabricas, da sua cadeia de supermercados, do seu banco e da sua universidade.

A que se deve o êxito da Mondragon? Que lições podem ser tiradas deste modelo para promover e avaliar o funcionamento de cooperativas em outros contextos? As razões fundamentais do êxito das cooperativas do grupo Mondragon estão relacionadas à inserção das cooperativas em redes de apoio e ao esforço constante para tornar as cooperativas competitivas no mercado global. Mondragon é uma verdadeira economia regional cooperativa porque as cooperativas de produção, consumo, crédito e educação que integram o complexo estão intimamente ligadas através de laços múltiplos de mútua dependência. Assim, por exemplo, o banco cooperativo pertencente ao grupo (a Caixa Laboral Popular) não só concede empréstimos às cooperativas em bases favoráveis, como serve a elas e ao grupo, no seu conjunto, de órgão de coordenação, supervisão e assessoria. A Caixa faz uma monitorização constante do desempenho de cada cooperativa e recomenda e ajuda a implementar, como condição para a concessão de créditos, as alterações que sejam necessárias para manter as cooperativas em condições de competir no mercado. Da mesma forma, a universidade tecnológica que atende a todo o grupo (a Escola Politécnica Profissional) encarrega-se de educar os futuros trabalhadores e administradores das cooperativas e de lhes dar formação para garantir a sua flexibilidade trabalhista e a atualização de conhecimentos. Desta forma, a Escola garante o fluxo e o intercâmbio constante de informação e conhecimentos sobre sistemas de produção, finanças, comercialização etc. dentro do grupo cooperativo. Além da coordenação e da cooperação entre as empresas de Mondragon, por intermédio de organizações de apoio financeiro e educativo (que também são cooperativas), um mecanismo central de ajuda mútua entre as cooperativas e a sua inserção em grupos econômicos que seguem a lógica da integração vertical. Com efeito, as cooperativas do grupo Mondragon geralmente fazem parte de subgrupos compostos por empresas que desenvolvem atividades econômicas complementares e que funcionam como uma cadeia coordenada de fornecedores e compradores mútuos dos bens e serviços que produzem. Por exemplo, o maior grupo dentro de Mondragon — Fagor — reúne cerca de 15 fabricas cooperativas, com um alto grau de integração vertical, que produzem bens de consumo — por exemplo, frigoríficos, fogões, aquecedores, máquinas de lavar roupa —, componentes industriais — por exemplo, componentes para eletrodomésticos, laminas de ferro, componentes eletrônicos — e maquinaria e serviços de assessoria para indústrias — por exemplo, ferramentas e serviços de auditoria (Whyte e Whyte, 1988: 167). A coordenação e a ajuda mútua entre as cooperativas são obtidas mediante a subordinação destas aos órgãos de decisão participativos do grupo no seu conjunto, que determinam o financiamento e os parâmetros da administração de cada cooperativa. O grupo, por sua vez, tem vários mecanismos de apoio às cooperativas, entre os quais se destaca a

redistribuição de parte dos lucros das cooperativas de maior sucesso pelas que atravessam dificuldades temporárias e a rotação de pessoal experiente (por exemplo, gerentes) de uma cooperativa para outras, de acordo com as necessidades das cooperativas.

Em síntese, Mondragon teve êxito porque conseguiu transformar-se em uma verdadeira economia cooperativa regional, cuja rede de apoio permitiu a sobrevivência e expansão das cooperativas que fazem parte dela. Além disso, estas redes foram fortalecidas mediante a cooperação entre o Estado — concretamente, o governo regional basco — e os grupos de Mondragon, em assuntos tão diversos como projetos de pesquisa tecnológica, programas de estímulo ao emprego e estudos periódicos sobre a evolução da economia regional.

Por outro lado, sobretudo durante os últimos vinte anos, o complexo cooperativo Mondragon empreendeu estratégias empresariais que, sem desvirtuar a sua estrutura cooperativa, permitiu-lhe prosperar sob as condições de volatilidade e concorrência intensa do mercado global. Nestas condições, Mondragon demonstrou que as limitações impostas pelos princípios cooperativos — por exemplo, o compromisso com a manutenção do emprego dos trabalhadores e a capitalização das empresas a partir das contribuições dos trabalhadores, e não de investidores externos — podem agir como "restrições virtuosas" (Streeck, 1997) que obrigam as empresas cooperativas a serem flexíveis e inovadoras. Por exemplo, uma vez que um dos objetivos centrais de Mondragon é a manutenção do emprego dos seus sócios dentro do complexo e, em caso de desemprego temporário, a prestação de um generoso e prolongado seguro-desemprego, o complexo está sob a constante pressão de criar novas cooperativas e postos de trabalho, o que exige constante inovação e melhoria nos níveis de produtividade. Um fator adicional que pressiona a criação de novas empresas cooperativas, pequenas e inovadoras, é a política de Mondragon de evitar o crescimento desmedido das suas cooperativas. Quando uma cooperativa bem-sucedida está expandindo-se, Mondragon procura criar cooperativas que se encarreguem de algumas das atividades desempenhadas por aquela, de tal forma que seja garantida tanto a continuidade da estrutura do complexo — baseada em grupos fortemente integrados de cooperativas relativamente pequenas e flexíveis — quanto à criação de novos focos de emprego e inovação. A resposta adequada do complexo Mondragon a estas pressões para inovar foi facilitada por dois fatores adicionais. Por um lado, os grupos cooperativos conseguiram os altos níveis de capitalização necessários para modernizar os seus processos produtivos sem necessidade de recorrer a investimentos externos, graças às contribuições adicionais de capital dos seus socios-trabalhadores e ao apoio da Caixa. Por outro lado, os grupos cooperativos de Mondragon entraram em múltiplas alianças com cooperativas e empresas convencionais em várias partes do mundo, que lhe permitiram aproveitar as condições do mercado global. Neste sentido, a experiência de Mondragon oferece não só um contra-exemplo ideal face à opinião prevalecente sobre a inviabilidade das cooperativas, mas também elementos de julgamento importantes para avaliar outras experiências de organização cooperativa.

Mas Mondragon não é a única experiência cooperativa com êxito. Ainda que o complexo de Mondragon seja a experiência mais desenvolvida e estável, existe mundo afora iniciativas bem-sucedidas de economias cooperativas de escalas diversas. Um exemplo notável na semiperiferia do sistema mundial é o conjunto de cooperativas existente no estado de Kerala que ganhou visibilidade internacional nos últimos anos. Os mecanismos de cooperação econômica que tem sustentado as cooperativas de Kerala desde a sua fundação nos finais da década de 1960 são análogos aos que Mondragon utilizou. Como o demonstra o estudo de caso detalhado de uma cooperativa de produtores de cigarros de

Kerala, feito por Isaac, Franke e Raghavan (1998), os fatores essenciais para sobreviver frente à concorrência das empresas capitalistas são uma combinação de, por um lado, descentralização e colaboração entre cooperativas associadas em rede e, por outro, fidelidade ao princípio de participação democrática no interior da cooperativa. O caso das cooperativas de Kerala, além do mais, ilustra outro aspecto que não é tão evidente no caso de Mandragon e que é muito importante nos estudos de caso de cooperativas incluídos neste livro. Trata-se do fato de que as cooperativas de Kerala surgiram como resultado de um movimento democrático dos camponeses da região que procurava tornar efetiva a lei da reforma agrária de 1969. O processo de construção e o sucesso do movimento criaram uma combinação feliz de "educação, ativismo, otimismo e democracia" que deu lugar não apenas às cooperativas, mas também a um conjunto de instituições políticas democráticas e progressistas, cujo conjunto ficou conhecido como o "modelo de Kerala" (Isaac, Franke e Raghavan, 1998: 202). Desta forma, as cooperativas estão inseridas em um movimento social amplo que, por sua vez, se beneficia da prosperidade das cooperativas. Existe, assim, uma continuidade entre a democracia participativa que impera na esfera da política em Kerala e a democracia participativa praticada nas cooperativas (Isaac, Franke e Raghavan, 1998: 198). Como foi afirmado por Hirschman (1984) no seu fascinante levantamento de cooperativas na América Latina, esta transformação da energia emancipatória, que começa sob a forma de movimentos sociais e se converte em iniciativas econômicas solidárias e vice-versa, é um fenômeno comum às experiências cooperativas mais duradouras. Como se verá ao longo dos capítulos deste livro, este fator é fundamental para entender o êxito relativo de algumas das cooperativas estudadas.